



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 087/088

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M A R I O S

DIÁRIO Nº 087

73ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	04
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	05
Discussão / Votação:	
Redação Final	05
3ª Discussão	06
2ª Discussão	07
1ª Discussão	07
Requerimentos	08
Encerramento da Sessão	08
Publicações:	
Atas de Comissões	
Finanças	08

DIÁRIO Nº 088

74ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva.....	10
Presenças.....	10
Abertura da Sessão	10
Expediente:	
Designação	11
Requerimentos.....	11
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	11
Discussão / Votação:	
Redação Final	11
2ª Discussão	11
1ª Discussão	11
Requerimentos	25
Encerramento da Sessão	25
Publicações:	
Atas de Comissões	
Finanças	25

DIÁRIO Nº 087

73ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelas Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti.

Presenças:

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (33).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter,

José Domingos Scarpellini, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho e Waldir Leite (19).

Em licença médica o Sr. Deputado Carlos Simões e a Sra. Deputada Elza Correia (02)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SR. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SR. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1935

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de agosto (quarta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 15.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1936

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER aprovação deste Plenário do seu afastamento no dia 21 de agosto do corrente ano, por motivo de viagem à cidade de Porto Alegre/RS, como representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para tratar de assunto junto ao Poder Legislativo do Rio Grande do Sul.

Na certeza de vosso atendimento, aproveitamos para renovar elevados votos de apreço aos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 15.08.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1933

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Assia Said Zahoui, ocorrido no dia 07 de

agosto do corrente, bem como seja remetida mensagem de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.08.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Registramos neste ato, com pesar, o falecimento da Sra. Assia Said Zahoui, ocorrido no dia 07 de agosto do corrente. Pessoa muito querida da nossa sociedade, mãe do Prefeito de Guaraqueçaba, Sr. Riad Said Zahoui, cujo passamento deixa grande tristeza a seus familiares e amigos.

REQUERIMENTO Nº 1934

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Goioerê, pelo transcurso de seus 51 anos de emancipação política, ocorrido no dia 10 de agosto último.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Fuad Kfuri, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Jacinto Tiziani Júnior, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de Goioerê.

Sala das Sessões, em 15.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Goioerê, radiante de alegria, comemorou festivamente no último dia 10 de agosto, a passagem de seus 51 anos de emancipação política.

Vivemos num mundo onde idéias, ao invés de commodities ou produtos, determinam a força econômica do Município. As economias mais dinâmicas da atualidade são centros de criatividade e inovação, onde novos negócios e indústrias são construídas em cima de idéias e tecnologias dificilmente cabíveis, sempre com a supervisão direta do Prefeito Municipal e dos Vereadores.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à comunidade do município de Goioerê é que o Sr. Prefeito e os Srs. Vereadores veem dando o máximo de seus esforços para a realização dos objetivos programados.

Portanto, toda a população de Goioerê merece nosso respeito e admiração, na significativa data da comemoração de seus 51 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 1937

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à equipe feminina do Clube São José, pelo bicampeonato estadual de futebol de campo.

Requer ainda, envio de cópia à Diretoria do Clube São José, no endereço: Rua Professora Lourdes Bonin, nº 944 - Jardim Independência - São José dos Pinhais - CEP 83050-140.

Sala das Sessões, em 15.08.06.
(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1938

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor e congratulações ao jornal A Tribuna Regional, do município da Lapa, pelos trinta anos de circulação na região e que seja ainda expedido ofício com o teor dessas congratulações.

Sala das Sessões, em 15.08.06.
(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1931

Sr. Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, ofício solicitando a especial atenção às famílias que não receberam indenizações pela construção da rodovia que liga o município de Capanema a Marmelândia/PR.

O referido pedido se justifica, pois a construção da rodovia ocorreu há aproximadamente doze anos atrás. Sendo que mais de oitenta famílias ainda não foram indenizadas, não podendo dessa forma, dar continuidade aos trabalhos que vinham desenvolvendo; muitas delas passando até por privações.

Sala das Sessões, em 15.08.06.
(a) LUCIANA RAFAGNIN

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 421/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A sede do município de Pontal do Paraná, criado pela Lei n 11.252, de 20/12/95, tem sua sede alterada para dentro dos limites do Município, cujo endereço será livremente escolhido pelo Prefeito, e submetido à consulta plebiscitária à respectiva população.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 15.08.06.
(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Submetemos à elevada consideração de V. Exas. o anexo projeto de lei que altera a sede do município de Pontal do Paraná, criado pela Lei n 11.252/95. Esta legislação determinou que a sede do Município criado seria dentro dos limites do município de Praia de Leste. A apresentação da presente proposta justifica-se, precipuamente, justamente por estar a sede do município de Pontal do Paraná, localizada fora dos limites do Município.

Ressalta-se que já foi ajuizada, pela Procuradoria Geral do Município de Pontal do Paraná, ação de desapropriação, cujo objeto será o futuro Centro Cívico do respectivo Município.

A mudança de sede é o desejo da população local, prejudicada por não ter a sede de seu próprio município dentro dos seus limites, além de tal sede possuir instalações precárias e por demais afastada.

O procedimento para a alteração da sede está prevista nos artigos 4º e 56 da Lei Complementar nº 27, bem como, no artigo 54, XXI, de nossa Constituição Estadual, sendo que é necessária, para a válida alteração do endereço, a consulta popular.

Por fim, defendemos que a alteração da sede do Município, com a criação do Centro Cívico do município de Pontal do Paraná é o anseio da população local, bem como, claramente permitirá melhor otimização da relação da Administração Pública com seus cidadãos.

PROJETO DE LEI Nº 422/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Municipal e adjacências, com sede e foro no município da Lapa/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.06.
(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Municipal e adjacências, situada na Colônia Municipal - Lapa/PR, fundada em 19 de maio de 2002, sem fins lucrativos, tem por finalidade proporcionar a difusão do civismo, a cultura física e do esporte e o desenvolvimento da comunidade.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal n 1727, de 03 de setembro de 2003.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios esta-

belecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 423/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas concessionárias do transporte coletivo intermunicipal ficam obrigadas a instalar sanitários nos veículos utilizados nessas linhas.

Art. 2º Os ônibus utilizados em viagens intermunicipais, no Estado do Paraná, devem dispor de banheiro, independente da distância entre os municípios.

Art. 3º As disposições desta lei não se aplicam ao transporte municipal das regiões metropolitanas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A dignidade do ser humano é defendida em toda a legislação brasileira e o transporte intermunicipal deve oferecer condições mínimas aos usuários, sobretudo para idosos, gestantes, crianças e pessoas doentes que não podem esperar até a próxima parada para usar um banheiro.

Esta proposição representa garantia de direito básico da população, sobretudo em se considerando que o transporte coletivo é concessão pública.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 33 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1915, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Rafael Greca e demais

Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação de Sessão Plenária do dia 15.08.06 (terça-feira) em Comissão Geral para a 2ª votação da Mensagem nº 014/06, Projeto de Lei nº 067/06, de autoria do Poder Executivo. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1936, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando aprovação de Plenário para seu afastamento no dia 21 de agosto do corrente ano, por motivo de viagem à cidade de Porto Alegre/RS, como representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para tratar de assunto junto ao Poder Legislativo do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero alertar os Srs. Deputados que nós teremos uma Sessão se for aprovado o requerimento que nós vamos colocar em votação; agora, teremos antecipação de amanhã para o dia de hoje.

Está em votação o Requerimento nº 1935, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de agosto (quarta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 746/05, de autoria do Deputado Barbosa Neto, fixando prazo de vida útil para ambulâncias, conforme especifica. (**Publ. no DA nº 132/05, de 28.11.05, em Projetos de Lei**).

Em discussão. Em votação. **Aprovado!**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai se proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. Convido a 1ª Secretária Luciana Rafagnin para que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e nove Srs. Deputados responderam a Chamada Nominal. Há quórum para votação.

Redação Final do Projeto de Lei nº 746/05.
Em votação. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 017/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, instituindo sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas Instituições Públicas Estaduais de Educação Superior e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 017/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná reservarão em cada processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de sua vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º Cabe às universidades públicas estaduais, observar a autonomia universitária, definir e fazer constar dos editais dos processos seletivos a forma com se dará o preenchimento das vagas reservadas por força desta lei, inclusive quanto ao quantitativo oferecido e aos critérios mínimos para a qualificação do estudante.

Parágrafo Único. Os critérios mínimos qualificação para acesso às vagas oferecidas deverão ser uniformes para todos os concorrentes, independente de sua origem, admitida, porém, a adoção de critérios diferenciados de qualificação por curso e turno.

Art. 3º Deverão as universidades públicas estaduais constituir Comissão Permanente de Avaliação com a finalidade de:

I - orientar o processo decisório de fixação do quantitativo de vagas reservadas aos beneficiários desta lei, levando sempre em consideração seu objetivo maior de estimular a redução de desigualdades sociais e econômicas;

II - avaliar os resultados decorrentes da aplicação do sistema de cotas na respectiva instituição; e

III - elaborar relatório anual sobre suas atividades, encaminhando-o ao colegiado universitário superior para exame e opinamento e posterior encaminhamento à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.08.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 362/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/06, autorizando o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ao Orçamento da Secretaria de Estado da Educação - SEED e da Saúde - SESA, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 362/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, alterada pelo artigo 5º da Lei Estadual nº 15.122, de 18 de maio de 2006, no valor de R\$. 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sendo R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Educação - SEED e R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

Art. 2º Os recurso de que trata o artigo anterior serão utilizados em ações voltadas a reparos, adaptações, melhorias, reconstruções, aquisições de equipamentos e obras e demais serviços na área de Educação e na área da Saúde e para aquisição de medicamentos e insumos hospitalares.

Art. 3º Servirá como recurso para cobertura dos créditos de que tratam os artigos anteriores, Recursos Próprios do Orçamento do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005, utilizando-se quaisquer das formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Os recursos de que trata o artigo 3º desta lei ficam, no que couber, excluídos das exigências do artigo 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29.12.83, publicada no Diário Oficial do Estado de 30.12.83.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.08.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/06, autorizando o

Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FED, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesta sessão parecer favorável às emendas aprovadas em 2ª discussão.

Em votação. **Aprovado.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/06, alterando a redação do artigo 1º, da Lei Estadual nº 14.452, de 07.07.04, que dispõe sobre a realização de Operação de Aumento de Capital Social do Estado na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. PARECERES FAVORÁVEIS DE PLENÁRIO DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de junho e julho de 2006, Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/06 de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia, suprime todo o artigo 18 da Lei nº 15.060 de 02 de maio de 2006. (Detran). PARECERES FAVORÁVEIS CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/06 de 16.05.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 256/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia, tem o escopo de alterar a Lei 15.060/06, suprimindo todo o contido no artigo 18 da lei, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachantes de Trânsito do Estado do Paraná - Detran/PR.

Legitimidade e Legalidade

O processo legislativo, respeitando-se a iniciativa do propositura, concentra-se em Leis Ordinárias e Complementares, e a alteração delas se dá mediante o mesmo

ato que a criou, respeitando-se o quórum que votou, e a matéria observada.

Nesse sentido, a alteração da Lei Estadual sob nº 15.060/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, ordinária, verifica-se mediante nova lei ordinária, que legitimada está para entrar em plena e saudável vigência no ordenamento jurídico que modificou.

Assim a Constituição Estadual assegura que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desse modo, a iniciativa para legislar a esse respeito também lhe garante a possibilidade, de por intermédio de outra lei alterar lei anterior, respeitando-se o quórum de votação e a iniciativa da propositura.

A Supressão de parte da norma existente constitui alteração legislativa, exigindo as mesmas condições para a criação da lei.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/00, bem como a iniciativa da propositura.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 256/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia, objetiva suprimir todo o artigo 18 da Lei nº 15.060 de 02 de maio de 2006.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se manifestar, conforme dita o artigo 33, parágrafo 9º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que a matéria está plenamente justificada pelos autores e deve seguir o seu trâmite pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1937, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1938, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1934, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1933, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1931, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 319, 351, 371 e 374/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 147/05, 295, 344, 345, 346 e 347/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Finanças

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
COMISSÃO DE FINANÇAS
3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniu-se extraordinária a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Tadeu Veneri, Barbosa Neto, Elio Rusch, Ademar Traiano e Duílio Genari. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Sr. Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião

anterior, tendo a mesma sido dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. **01) Projeto de Lei nº 02/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem 04/06**, que fixam no âmbito do Estado do Paraná, o Piso Salarial, de que trata o inciso V, do art. 7º da Magna Carta da República. Relator Deputado **Elio Rusch**. Parecer **Favorável – Aprovado, Com Emenda Aditiva**. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

JOSÉ MARIA FERREIRA- Presidente
Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
COMISSÃO DE FINANÇAS
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14h00, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Duílio Genari, Barbosa Neto, José Maria Ferreira, Carlos Simões e Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Sr. Deputado Carlos Simões, solicita a dispensa da leitura da ata da reunião, colocado em votação foi aprovada a dispensa e a mesma foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 708/05**, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera os “caputs” dos artigos 1º e 2º, da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2.005. Relator Deputado **Carlos Simões**. Parecer **Favorável – Aprovado.** **02) Projeto de Lei nº 747/05**, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná, os Planos de desenvolvimento Regionais e os Planos diretores Municipais. Relator Deputado **Carlos Simões**. Parecer **Favorável – Aprovado.** **03) Projeto de Lei nº 095/06**, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que objetiva tornar obrigatória a realização de processo licitatório para escolha de banco que for gerir recursos financeiros dos órgãos públicos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado **Carlos Simões**. Parecer **Favorável – Aprovado.** **04) Projeto de Lei nº 746/05**, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que objetiva fixar prazo de vida útil para ambulâncias, conforme especifica. Relator Deputado **Ademar Traiano**. Parecer **Favorável – Aprovado.** **05) Projeto de Lei nº 734/05**, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que tem por objetivo revogar as leis que instituíram normas gerais da modalidade denominada Bingo. Relator Deputado **Duílio Genari**. Parecer **Favorável – Aprovado, na forma da Emenda substitutiva geral apresentada pela CCJ**. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos

legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
COMISSÃO DE FINANÇAS
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14 h, sob a presidência do Sr. Deputado Élio Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Barbosa Neto, José Maria Ferreira, Carlos Simões e Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Sr. Deputado Carlos Simões, solicita a dispensa da leitura da ata da reunião, colocado em votação foi aprovada a dispensa e a mesma foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 149/06**, de autoria do Deputado André Vargas, que dispõe sobre a equiparação salarial entre servidores públicos

do Estado do Paraná, de acordo com a mesma habilitação equivalente carga horária. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **Favorável – Aprovado**. **02) Projeto de Lei nº 150/06**, de autoria do Deputado André Vargas, que institui o Plano de cargos, carreiras e vencimentos do quadro dos funcionários da Educação básica da rede pública estadual do Paraná. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **Favorável – Aprovado**. **03) Projeto de Lei nº 230/06**, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 33/06, que objetiva instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da administração direta e autárquica do Poder Executivo do Estado do Estado do Paraná, denominado “Piso Social Complementar”. Relator Deputado **Carlos Simões**. Parecer **Favorável – Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 088

74ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	10
Presenças	10
Abertura da Sessão	10
Expediente:	
Designação	11
Requerimentos	11

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 11

Discussão / Votação:

Redação Final 11

2ª Discussão 11

1ª Discussão 11

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 25

Publicações:

Atas de Comissões

Finanças 25

DIÁRIO Nº 088

74ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Nereu Moura e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às nove horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz

Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (35)

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Rafael Greca, Renato Gaúcho e Waldir Leite (17).

Em licença médica o Sr. Deputado Carlos Simões e a Sra. Deputada Elza Correia (02)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão antecipada do dia 16 de agosto, conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2º SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a senhora Deputada Cida Borghetti, para representar esta Casa de Leis no Faciap, no dia 23 de agosto de 2006, na cidade de Foz do Iguaçu-Paraná.

Sala das Sessões, em 15.08.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1942

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Cury, tio do Deputado Alexandre Curi e filho do ex-Presidente Deputado Anibal Khury.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando informações quanto ao exposto no documento em anexo, referente ao concurso de Coordenador Pedagógico para o CIAAD - Londrina.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 35 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando a Sra. Deputada Cida Borghetti, para representar esta Casa de Leis, no dia 23 de agosto de 2006, em Foz do Iguaçu, na aber-

tura da XVI Convenção anual da Federação de Associações Comerciais e Empresariais do Paraná-FACIAP. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 319/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, declarando de Utilidade Pública a Missão Filadélfia, com sede e foro no município de Sertãozinho. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/06, de 06/06/06).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 351/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública o Sistema de Saúde de Ubatuba, com sede e foro no município de Ubatuba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, de 20/06/06).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 371/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declarando de Utilidade Pública a APMI, com sede e foro no município de Pérola D'Oeste. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/06, de 26/06/06).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 374/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declarando de Utilidade Pública a APMI de Cambira, com sede e foro no município de Cambira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/06, de 27/06/06).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/06, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia, suprimindo todo o artigo 18 da Lei nº 15.060 de 02 de maio de 2006. (Detran). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, dispondo sobre o critério de distribuição de imóveis sociais no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDMCA. COM EMENDA DA CDMCA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/06, de 04/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 147/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, determina a designação de, no mínimo 20% (vinte por cento) das unidades dos programas de loteamento social e de habitação popular do Estado do Paraná para mulheres chefes de família que preencham os requisitos estabelecidos para a concessão pelos órgãos competentes:

Define o projeto em tela que as referidas chefes de família são aquelas que sejam responsáveis pela guarda, sustento e educação de crianças e adolescentes de até 14 (quatorze) anos de idade. Ademais, dispõem que a comprovação de tal condição será mediante parecer de Assistente Social credenciada para este fim pela Secretaria de Ação Social do Estado do Paraná.

Fundamentação

Dispõem o artigo 6º da Constituição Federal que:

Art. 6º São direitos sociais (...) a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Nesta esteira, dispõem o artigo 23 da Carta Magna:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

Reza, ainda, o artigo 227 do mesmo diploma:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito (...) à dignidade, ao respeito à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com os dispositivos acima elencados, verifica-se a conveniência do presente projeto por estar em consonância com a Constituição Federal ao procurar atender e privilegiar direitos fundamentais tais quais a dignidade da pessoa humana e a proteção à família e ao adolescente.

A Constituição do Estado do Paraná dispõe em seu artigo 212 que a política habitacional do Estado objetivará a solução de carência habitacional de acordo com o critério do atendimento prioritário à família carente e discorre em seu Capítulo VIII quanto a importância da família, base da sociedade, entidade que tem especial proteção do Estado, o qual deverá manter programas destinados a tal fim de sorte que estabelece-se com dever da família, do Estado e da Sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com prioridade, os mesmos direitos dispostos no artigo 227 da Carta Constitucional, acima transcrito.

Constitucionalidade:

Ante todo o exposto, o presente projeto mostra-se de acordo com os dispositivos legais vigentes, tendo sua legitimidade de proposição autorizada pela Constituição Esta-

dual, em seu artigo 65, o qual autoriza a qualquer membro da Assembléia Legislativa a iniciativa de lei ordinária.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de parecer, opinamos pela regular tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS DAS MULHERES, CRI-
ANÇAS E ADOLESCENTES
PROJETO DE LEI Nº 147/05

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre o critério de distribuição de imóveis sociais no Estado do Paraná. De acordo com o presente projeto, todos os programas de loteamento sociais e de habitação popular do Estado deverão designar, no mínimo, 20 (vinte por cento) de suas unidades para as mulheres chefes de famílias, que preencham os demais requisitos estabelecidos para a concessão pelos órgãos competentes.

Fundamentação

A matéria já foi apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela regular tramitação do presente projeto de lei.

Quanto ao mérito do presente projeto de lei, não há como deixar de reconhecer a importância da matéria tratada, considerando o grande número de mulheres que atualmente encontram-se na condição de “chefe de família” e assumem sozinhas a responsabilidade e o sustento de seus filhos.

Conclusão

Isto posto, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 147/05, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 05.10.05.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE DIREITOS DAS MULHERES, CRI-
ANÇAS E ADOLESCENTES
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 147/05

Altera o parágrafo 2º do artigo 1º do referido projeto de lei, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 2º A comprovação da condição estabelecida no caput deste artigo se fará mediante parecer de Assistente Social credenciado para este fim pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.”

Sala das Comissões, em 05.10.05.

(a) ELZA CORREIA

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/06, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Maringá, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. COM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/06, de 29/05/06, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 295/06

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 044/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar o Poder Executivo doar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Maringá, conforme específica.

Na justificativa o autor diz que a medida contida no Plano de Lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que, tal área será utilizada pela municipalidade na implantação de um Posto de Saúde no Bairro Vila Nova para atendimento, também, à população dos bairros vizinhos. No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em causa reverterá ao patrimônio do Estado/DER, caso tenha utilização diversa da prevista.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (art. 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 295/05

Art. 1º Modifica a redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 295/06, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 295/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 295/06, de autoria do Poder Executivo, acompanhado da Mensagem nº 044/06, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, a efetuar a doação do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Maringá, de área com 1.157,07m2, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, destacada de área maior, descrita conforme croqui de fls. 10, do protocolado nº 8.679-765-8, situada na sede do referido município, na Gleba Patrimônio Maringá N.

A área em questão será destinada na implantação de um Posto de Saúde no bairro Vila Nova, que atenderá também a população dos bairros vizinhos, retornando, tal imóvel, ao patrimônio do Estado/DER, caso haja utilização diversa da prevista.

O presente projeto de lei já recebeu análise prévia da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável ao mesmo.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações acompanha o pensamento do legislador sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito do contido no presente projeto de lei e opina pela sua aprovação, com emenda corretiva anexa.

Quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95/1998, em seu artigo 9º, a cláusula de revogação podia ser específica ou geral.

Desde então, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Atualmente é incorreto o uso da cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/06, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício nº 314/06, alte-

rando as delimitações das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de Guarapuava. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 344/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alteradas, nos termos do parágrafo único deste artigo, as delimitações das circunscrições dos 1º e 3º Serviços de Registros de Imóveis da Comarca de Guarapuava previstas no artigo 79, inciso V, letra “b” da Lei Estadual nº 5809, de 15 de julho de 1968.

Parágrafo Único. As delimitações do 3º Serviço de Registro de Imóveis, que abrangem a área do município de Turvo situada no lado direito da rodovia PR-466, no sentido Guarapuava/Pitanga, inclusive a respectiva cidade-sede, passam a integrar, na sua totalidade, a circunscrição territorial do 1º Serviço de Registro de Imóveis da referida Comarca.

Art. 2º Não ocorrerá nenhuma alteração dos limites territoriais do 2º Serviço de Registro de Imóveis.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais delimitações territoriais dos 1º e 3º Serviço de Registro de Imóveis previstas em lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto tem por objetivo fixar as delimitações territoriais dos Serviços de Registros de Imóveis da Comarca de Guarapuava, criados pela Lei Estadual nº 5809, de 15 de julho de 1968, até o advento da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ).

Tal projeto tem origem no protocolado nº 34.387/01-TJ, combinado com o artigo 292 do CODJ, que determina: “Os limites territoriais dos novos serviços de registro de imóveis serão fixados e alterados por lei de iniciativa do Poder Judiciário”.

Outrossim, às fls. 53/54 do mencionado protocolo, os três titulares dos Serviços de Registros de Imóveis firmaram acordo expresso entre si relativo à nova delimitação territorial à qual se refere este anteprojeto de lei. Em decorrência da presente proposta não haverá despesas às expensas orçamentárias e financeiras para este Tribunal de Justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 344/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo alterar as delimitações das circunscrições imobiliárias da Comarca de Guarapuava.

Fundamentação

A Constituição do Estado do Paraná preceitua:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Neste contexto, verifica-se que a iniciativa para instituir a matéria do presente projeto é do próprio Tribunal de Justiça, o que torna um projeto constitucional.

Diante do exposto, em sede de parecer, opinamos pela constitucionalidade do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 344/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Justiça, Ofício nº 314/06, que objetiva alterar as delimitações das circunscrições imobiliárias da Comarca de Guarapuava.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa que na própria mensagem é informado que não haverá despesas às expensas orçamentárias e financeiras para o Tribunal de Justiça.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/06, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício nº 306/06, fixando as delimitações imobiliárias do foro central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. COM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 345/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alteradas as delimitações das Circunscrições do 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 8º e 9º Serviços de Registros de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em função da criação de mais quatro Serviços de Registros de Imóveis, pela Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, modificando o perímetro urbano e rural das referidas Circunscrições, que passam a ter as seguintes delimitações:

1ª Circunscrição

Partindo do cruzamento entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto e a Rua XV de Novembro; segue por esta até encontrar a Alameda Doutor Muricy e por esta até o cruzamento com a Rua Cândido Lopes; segue por esta até o início da Alameda Doutor Carlos de Carvalho e por esta até o cruzamento com a Rua Visconde de Nacar; segue por esta até o início da Rua Professor Fernando Moreira e por esta até o cruzamento com a Alameda Augusto Stelfeld; segue por esta até seu final no início da Rua João Domakoski e por esta até encontrar a Travessa Lourival S. Torres; segue por esta até sua confluência com a Rua Jerônimo Durski e por esta até seu final onde encontra a Rua General Mário Tourinho; segue por esta até a ponte sobre o Rio Barigui e por esse rio montante até a ponte da Avenida Fredolin Wolf; segue por esta até encontrar a Rua Domingos Antônio Moro e por esta até encontrar a Rua São Salvador; segue por esta até encontrar a Rua Nilo Peçanha e por esta até encontrar a Rua João Gava; segue por esta até a Rua Mateus Leme e por esta até encontrar a Rua Carlos Augusto Cornelsen; segue por esta até a Rua Nilo Peçanha e por esta até a Praça Soto Maior, onde encontra a Rua Trajano Reis; segue por esta até o encontro com a Rua Doutor Claudino dos Santos e por esta até a Rua do Rosário; segue por esta até a Praça Tiradentes, margeando pela esquerda até o início da Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até o seu cruzamento com a Rua XV de Novembro, ponto de partida desta descrição; limites da 2ª (Segunda) Circunscrição.

2ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua XV de Novembro com a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Praça Tiradentes margeando-a pela esquerda até encontrar a Rua do Rosário; segue por esta até encontrar a Rua Doutor Claudino dos Santos e por esta até encontrar a Rua Trajano Reis; segue por esta até a Praça Soto Maior onde encontra a Rua Nilo Peçanha e por esta até encontrar a Rua Carlos Augusto Cornelsen; segue por esta até encontrar a Rua Mateus Leme e por esta até encontrar a Rua Santa Rita Durão; segue por esta até encontrar a Rua Professor Nilo Brandão e por esta até

encontrar a Rua Anita Garibaldi; segue por esta até encontrar a Rua São Luiz e por esta até encontrar a Rua Belém; segue por esta até encontrar a Rua Jovino do Rosário e por esta até encontrar a Rua Manuel de S. Dias Negrão; segue por esta até encontrar a Rua Nossa Senhora de Nazaré e por esta até encontrar a Rua Alberto Potier; segue por esta até encontrar a Rua Carlos de Campos e por esta até encontrar a Rua Antônio Lago; segue por esta até encontrar a Rua Jovino do Rosário e por esta até encontrar a Rua Alberto Potier; segue por esta até encontrar a Avenida Paraná e por esta até o início da Estrada de Colombo; segue por esta até encontrar o limite Municipal Curitiba-Colombo e por este limite até a Rodovia BR-476 (Estrada da Ribeira); segue por esta até encontrar a Rodovia BR-116; segue por esta até encontrar a Rua Fagundes Varela e por esta até encontrar a Rua Augusto Stresser; segue por esta até encontrar a Rua Augusto Severo e por esta até encontrar a Avenida João Gualberto; segue por esta até a Praça Gibran Khalil Gibran contornando pela direita até encontrar a Rua Barão do Cerro Azul e por esta até a Praça Tiradentes; contorna a Praça Tiradentes pela esquerda até encontrar a Rua Monsenhor Celso seguindo por esta até encontrar a Rua XV de Novembro; segue por esta até o cruzamento com a Avenida Marechal Floriano Peixoto, ponto de partida desta descrição.

4ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto com a Rua XV de Novembro; segue por esta até a Rua Francisco Torres e por esta até a Avenida Presidente Affonso Camargo; por esta até o Limite Municipal Curitiba; segue por esse limite Municipal até a Rua Doutor Bley Zorning; segue por esta até a Rua Paulo Setúbal e por esta até a Rua Vereador Antônio Carnasciali; segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até a Rua Júlia César Ribeiro de Souza; segue por esta até a Rua José Rietmeyer; segue por esta até a Avenida Senador Salgado Filho e por esta até a Rodovia BR-116; segue por esta até a Avenida Comendador Franco e por esta até a Rua Chile; segue por esta até a Rua Doutor Reynaldo Machado e por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis; segue por esta até a Rua João Negrão e por esta até a Avenida Sete de Setembro; segue por esta até a Rua Barão do Rio Branco e por esta até a Rua José Loureiro; segue por esta até a Rua Monsenhor Celso e por esta até a Rua Marechal Deodoro; segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até o cruzamento com a Rua XV de Novembro, ponto de partida desta descrição.

5ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Desembargador Westphalen; segue por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis e por esta até a Rua Lamenha Lins; segue por esta até a Rua João Viana Seiler, segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Pei-

xoto e por esta até a Rodovia BR-116; segue por esta até a Avenida Brasília e por esta até a Rua Pedro Américo; segue por esta até a Avenida República Argentina e por esta até a Rua Pedro Gusso; segue por esta até a Rua Léa Moreira de Souza Moro e por esta até a Rua Shirlei Solange Montovani; segue por esta até a Rua Orlando Padilha dos Santos e por esta até a Avenida República Argentina; segue por esta até a Avenida Água Verde e por esta até a Rua Bento Viana; segue por esta até a Rua Presidente Getúlio Vargas e por esta até a Rua Desembargador Westphalen, ponto de partida desta descrição.

6ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Bento Viana; segue por esta até a Avenida Água Verde e por esta até a Avenida República Argentina; segue por esta até a Rua Orlando Padilha dos Santos e por esta até a Rua Shirlei Solange Mantovani e por esta até o limite municipal de Curitiba; segue por esse limite até o Rio Barigui e por esse rio a montante até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até a Rua João Naves da Cunha e por esta até a Avenida Nossa Senhora de Aparecida; segue por esta até a Rua Gonçalves Dias e por esta até a Rua Odim Pereira do Amaral; segue por esta até a Rua Visconde de Guarapuava e por esta até a Rua Deputado Antônio Baby; segue por esta até a Rua Estevão Bayão e por esta até a Rua Carneiro Lobo; segue por esta até a Avenida Presidente Getúlio Vargas e por esta até a Rua Bento Viana; ponto de partida desta descrição.

8ª Circunscrição

1ª Parte

Partindo do encontro da Rodovia BR-277 com a Rua Paulo Gorski, segue por esta até a Rua Bárbara Cvin-tal e por esta até o Rio Barigui; segue pelo Rio Barigui até o limite Municipal de Curitiba e por esse limite até o cruzamento da Rodovia BR-277 segue por esta até a Rua Paulo Gorski, ponto de partida desta descrição.

2ª Parte

Partindo do cruzamento da Rua Waldemar Lou-reiro de Campos com a Rua Paulo Setúbal, segue por esta até a Rua Eduardo Pinto da Rocha e por esta até a Rua Luiz Nichele; segue por esta até a Rua Vereador Ângelo Burbello e por esta até a Rodovia BR-116; segue por esta até o limite Municipal de Curitiba e por esse limite até a Rua Shirlei Solange Montovani; segue por esta até a Ave-nida Juscelino K. de Oliveira e por esta até a Rua Vicente Michelotto; segue por esta até a Rua Desembargador Cid Campelo e por esta até a Rua Shirlei Solange Montal-vani; segue por esta até a Rua Leia Moreira de Souza Mora e por esta até a Rua Pedro Gusso; segue por esta até a Avenida República Argentina e por esta até a Rua Pedro Américo, segue por esta até a Avenida Brasília e por esta até a Rua Francisco Derosso; segue por esta até a Rua Waldemar Loureiro de Campos e por esta até a Rua Paulo Setúbal, ponto de partida desta descrição.

9ª Circunscrição

1ª Parte

Partindo do ponto onde o Rio Barigui é cruzado pela Rua Cândido Hartmann; segue por esta até a Rua Nicolau José Gravina e por esta até a Avenida Manuel Ribas; segue por esta até o limite Municipal de Curitiba e por este até encontrar o Rio Barigui, segue pelo Rio Bari-gui e jusante até a Rua Cândido Hartmann, ponto de par-tida desta descrição:

2ª Parte

Partindo da confluência da Rua São Luiz com a Avenida Anita Garibaldi; segue por esta até a Rua Flávio Dallegrave e por esta até a Rua Eugênio Mocelin; segue por esta até a Rua Paula Prevedello Gusso e por esta até a Rua João Havro; segue por esta até a Rua Humberto Geronasso e por esta até a Rua Paolo Battan; segue por esta até a Rua Fernando de Noronha e por esta até a Rua João Kania; segue por esta até a Rua Theodoro Makiouka e por esta até a Rua Padre Paulo Caneles; segue por esta até a Estrada Guilherme Weigert; segue por esta até a Rua Paulo Kulik e por esta até o limite Municipal de Curitiba; segue por esse limite até a Estrada de Colombo e por esta até a Avenida Paraná; segue por esta até a Rua Alberto Potier e por esta até a Rua Jovino do Rosário; segue por esta até a Rua Antônio Lago e por esta até a Rua Carlos de Campos; segue por esta até a Rua Antônio Potier e por esta até a Rua Nossa Senhora de Nazaré; segue por esta até a Rua Manuel de S. Dias Negrão e por esta até a Rua Jovino do Rosário; segue por esta até a Rua Belém e por esta até a Rua São Luiz; segue por esta até a sua conflu-ência com a Avenida Anita Garibaldi, ponto de partida desta descrição.

3ª Parte

Partindo do cruzamento da Rua Dante Angelote com a Rodovia BR- 116; segue por esta até a Estrada da Ribeira e por esta até o limite Municipal de Curitiba; segue por este limite até o Rio Bacacheri e por este rio até a Rua Dante Angelote; segue por esta até o cruzamento da BR-116, ponto de partida desta descrição.

Art. 2º As Circunscrições territoriais do 10º, 11º, 12º e 13º Serviços de Registro de Imóveis do Foro Cen-tral da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, criados pela Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - no anexo IV do Código de Organização e Divi-são Judiciárias do Estado do Paraná, passam a ter as seguintes delimitações:

10ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua Flávio Dalegrave com a Rua Nilo Brandão; segue por esta até a Rua Santa Rita Durão e por esta até a Rua Mateus Leme; segue por esta até a Rua João Gava e por esta até a Rua São Salva-dor; segue por esta até a Rua Domingos Antônio Moro e por esta até a Rua Fredolin Wolf; segue por esta até a ponte do Rio Barigui no limite Municipal de Curitiba; segue por este limite até a Rua Paulo Kulik e por esta até

a Rua Guilherme Weigert; segue por esta até a Rua Padre Paulo Caneles e por esta até a Rua Theodoro Makiouka; segue por esta até a Rua João Kania e por esta até a Rua Fernando de Noronha; segue por esta até a Rua Paulo Battan e por esta até a Rua Humberto Geronasso; segue por esta até a Rua João Havro e por esta até a Rua Paula Prevedello Gusso; segue por esta até a Rua Eugênio Mocelin e por esta até Rua Flávio Dallegrave e por esta até a Rua Nilo Brandão, ponto de partida desta descrição.

11ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rodovia BR-116 com a Rua Vereador Ângelo Burbello; segue por esta até a Rua Luiz Nichele e por esta até a Rua Eduardo Pinto da Rocha; segue por esta até a Rua Paulo Setúbal e por esta até a Rua Bley Zornig; segue por esta até o Canal do Rio Belém até o limite Municipal de Curitiba, segue por este limite até a Rodovia BR-116, e por esta até a cruzamento da Rua Vereador Ângelo Burbello, ponto de partida desta descrição.

12ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua Westphalen com a Rua Presidente Getúlio Vargas; segue por esta até a Rua Carneiro Lobo e por esta até a Rua Estevão Baião; segue por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava e por esta até a Rua Odim Pereira do Amaral; segue por esta até a Rua Gonçalves Dias e por esta até a Rua Nossa Senhora de Aparecida; segue por esta até a Rua João Naves da Cunha e por esta até a Rua Nossa Senhora de Aparecida; segue por esta até a Rio Barigui e por este rio a montante até a Rua Bárbara Cvintal e por esta até a Rua Paulo Gorski; segue por esta até a Rua BR-277 e por esta até a Avenida Mário Tourinho; segue por esta até a Rua Gerônimo Durski e por esta até a Travessa Doutor Lourival Torres; segue por esta até a Rua João Domakoski e por esta até a Alameda Augusto Stelfeld; segue por esta até a Rua Professor Fernando Moreira e por esta até a Rua Visconde de Nacar; segue por esta até a Rua Carlos de Carvalho e por esta até a Rua Cândido Lopes; segue por esta até a Alameda Doutor Muricy e por esta até a Rua XV de Novembro; segue por esta até a Rua Marechal Floriano Peixoto e por esta até a Rua Marechal Deodoro; segue por esta até a Alameda Doutor Muricy e por esta até a Visconde de Guarapuava; segue por esta até a Rua Desembargador Westphalen; segue por esta até a Rua Getúlio Vargas, ponto de partida desta descrição.

13ª Circunscrição

Partindo da ponte da Rodovia da BR-277 sobre o Rio Barigui segue por essa rodovia até o limite Municipal de Curitiba e por esse limite até a Avenida Manoel Ribas; segue por esta até a Rua Nicolau José Gravina e por esta até a Avenida Cândido Hartmann; segue por esta até a ponte do Rio Barigui e por esse rio a jusante até o cruzamento na ponte da Rodovia BR-277, ponto de partida desta descrição.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais delimitações territoriais dos 3º e 7º Serviço de Registro de Imóveis previstas em Lei, que têm as seguintes delimitações:

3ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua XV de Novembro com a Rua Monsenhor Celso; segue por esta até a Praça Tiradentes contornando-a pela direita até encontrar a Rua Barão do Cerro Azul; segue por esta até a Praça Gibran Khalil Gibran contornando-a pela esquerda até encontrar a Avenida João Gualberto; segue por esta até a Rua Augusto Severo e por esta até encontrar a Rua Augusto Stresser; segue por esta até encontrar a Rua Fagundes Varela e por esta até encontrar a Rodovia BR-116; segue por esta até encontrar a Rua Dante Angelote; segue por esta até o Rio Belém e por esse rio a jusante até o limite Municipal Curitiba; segue por este limite Municipal até encontrar a Rua Presidente Afonso Camargo e por esta até a Rua Francisco Torres; segue por esta até a Rua XV de Novembro, até encontrar a Rua Monsenhor Celso, ponto de partida desta descrição.

7ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua Doutor Muricy com a Marechal Deodoro, segue por esta até a Rua Monsenhor Celso e por esta até a Rua José Loureiro; segue por esta até a Rua Barão do Rio Branco e por esta até a Avenida Sete de Setembro; segue por esta até a Rua João Negrão e por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis; segue por esta até a Rua Doutor Reinaldo Machado e por esta até a Rua Chile; segue por esta até a Avenida Comendador Franco e por esta até a Rodovia BR-116; segue por esta até a Avenida Senador Salgado Filho e por esta até a Rua José Ritmeyer; segue por esta até a Rua Doutor Júlio César Ribeiro de Souza e por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Avenida Vereador Antônio Camasciali e por esta até a Rua Paulo Setúbal; segue por esta até a Rua Waldemar Loureiro de Campos e por esta até a Rua Francisco Derosso; segue por esta até a Rodovia BR-116 e por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Rua João Viana Seillere e por esta até a Rua Lamenha Lins; segue por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis e por esta até a Rua Desembargador Westphalen; segue por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava e por esta até a Alameda Doutor Muricy; segue por esta até a Rua Marechal Deodoro, ponto de partida desta descrição.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto tem por objetivo fixar as delimitações territoriais dos Serviços de Registros de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropo-

litana de Curitiba, que com o advento da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ), criou mais quatro Serviços de Registros de Imóveis, havendo desta forma, a necessidade de modificar o perímetro urbano e rural das Circunscrições já existentes.

Tal projeto tem origem no Protocolo nº 46.019/2005-TJ, combinado com o artigo 292 do CODJ, o qual determina: "Os limites territoriais dos novos serviços de registro de imóveis serão fixados e alterados por lei de iniciativa do Poder Judiciário."

Em sessão plenária ordinária realizada em 09 de junho do corrente, o egrégio Órgão Especial, à unanimidade de votos, aprovou esta proposta de anteprojeto de lei, que visa a alteração dos limites das Circunscrições Imobiliárias do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, sobre a qual segue mapa com as novas delimitações.

As porções territoriais para a implantação das novas Circunscrições são as seguintes:

10º Registro de Imóveis - anexa parte da 1ª, 2ª e 9ª Circunscrições;

11º Registro de Imóveis - anexa parte da 4ª, e 8ª Circunscrições;

12º Registro de Imóveis - anexa parte da 5ª, e 6ª Circunscrições;

13º Registro de Imóveis - anexa parte da 8ª, e 9ª Circunscrições.

Somente a 3ª e 7ª Circunscrições deixaram de ceder parte de seu território, por serem as menores em extensão, as demais estariam sujeitas ao desdobramento na proporção de sua territorialidade, mantendo a viabilidade econômica das mesmas.

O presente anteprojeto distribui a competência das novas Circunscrições, com resultado mais próximo da equidade das demais, não ocorrendo troca de arquivos de matrículas entre as serventias; são atingidas proporcionalmente as maiores serventias em extensão territorial, sem onerar uma serventia em prejuízo ou em benefício de outra.

Cabe salientar, que, em decorrência da presente proposta, não haverá despesas às expensas orçamentárias e financeiras para este Tribunal de Justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 345/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo alterar as delimitações do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Fundamentação

A Constituição do Estado do Paraná preceitua:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Neste contexto, verifica-se que a iniciativa para instituir a matéria do presente projeto é do próprio Tribunal de Justiça, o que torna o projeto constitucional.

Diante do exposto, em sede de parecer, opinamos pela constitucionalidade do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 345/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Justiça, Ofício nº 306/06, que fixa as delimitações das Circunscrições Imobiliárias do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Fundamentação

Esta Comissão levada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa que não existe nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. No entanto, entende a necessidade de oferecer Substitutivo Geral ao projeto em tela.

Conclusão

Sendo assim, opinamos favoravelmente ao projeto em questão, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 345/06

Art. 1º Ficam alteradas as delimitações das Circunscrições do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º Serviços de Registros de Imóveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em função da criação de mais quatro Serviços de Registros de Imóveis, pela Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2004, modificando o perímetro urbano e rural das referidas Circunscrições, que passam a ter as seguintes delimitações:

1ª Circunscrição

Partindo do cruzamento entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto com a Rua XV de Novembro; segue por esta até encontrar a Alameda Doutor Muricy e por esta até o cruzamento com a Rua Cândido Lopes; segue por esta até o início da Alameda Doutor Carlos de Carvalho e por esta até a Rua Visconde de Nácar; segue por esta até o início da Rua Professor Fernando Moreira e por esta até o cruzamento com a Alameda Augusto Stelfeld;

segue por esta até seu final no início da Rua José Domachoski e por esta até encontrar a Travessa Doutor Lourival Schwansee Torres; segue por esta até sua confluência com a Rua Jerônimo Durski e por esta até seu final onde encontra a Rua General Mário Tourinho; segue por esta até a ponte sobre o Rio Barigui e por este rio a montante até a ponte da Rua Fredolin Wolf; segue por esta até encontrar a Rua Domingos Antônio Moro e por esta até encontrar a Rua São Salvador; segue por esta até encontrar a Rua Nilo Peçanha e por esta até encontrar a Rua João Gava; segue por esta até a Rua Mateus Leme e por esta até encontrar a Rua Carlos Augusto Cornelsen; segue por esta até a Rua Nilo Peçanha e por esta até a Praça João Sotto Maior, onde encontra a Rua Trajano Reis; segue por esta onde encontra a Rua Doutor Claudino dos Santos e por esta até a Rua do Rosário; segue por esta até a Praça Tiradentes e margeando pela esquerda (face oeste) até o início da Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até o seu cruzamento com a Rua XV de Novembro, ponto de partida desta descrição.

2ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua XV de Novembro com a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Praça Tiradentes margeando-a pela esquerda (face oeste) até encontrar a Rua do Rosário; segue por esta até encontrar a Rua Doutor Claudino dos Santos e por esta até encontrar a Rua Trajano Reis; segue por esta até a Praça João Sotto Maior onde encontra a Rua Nilo Peçanha e por esta até encontrar a Rua Carlos Augusto Cornelsen; segue por esta até encontrar a Rua Mateus Leme e por esta até encontrar a Rua Arnaldo Granatto; segue por esta até encontrar a Rua Reinaldo Hecke e por esta até encontrar a Avenida Anita Garibaldi; segue por esta até encontrar o cruzamento com a Rua Theodoro Makiolka e por esta até encontrar a Rua Hildo da Paz; segue por esta até encontrar a Rua José Ursolino Filho e por esta até encontrar a Rua Celeste P. Milani; segue por esta até a Estrada Guilherme Weigert e por esta até a Rua Paulo Kulik; e por esta até o Arroio Cachoeira, limite municipal de Curitiba; segue por este limite, a jusante, até o Rio Atuba, e por este, a jusante, até o prolongamento da Rodovia BR-116 (Rodovia Régis Bitencourt); segue por esta até encontrar o Trevo do Atuba e deste, ainda na Rodovia BR-476 até encontrar a Rua Fagundes Varela segue por esta até encontrar a Rua Augusto Severo e por esta até encontrar a Avenida João Gualberto; segue por esta até encontrar o cruzamento com a Rua Presidente Faria e desta rua face norte da 19 de Dezembro, prolongamento da Rua Inácio Lustosa, encontra a Rua Barão do Serro Azul e por esta até a Praça Tiradentes; contorna a Praça Tiradentes pela esquerda (face leste) até encontrar a Rua Monsenhor Celso segue por esta até encontrar a Rua XV de Novembro; e por esta até o cruzamento com a Avenida Marechal Floriano Peixoto, ponto de partida desta descrição.

3ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua XV de Novembro com a Rua Monsenhor Celso; segue por esta até a Praça Tiradentes contornando-a pela direita (face leste) até encontrar a Rua Barão do Serro Azul; segue por esta até o cruzamento da Rua Inácio Lustosa; segue pela face norte da Praça 19 de Dezembro, prolongamento da Rua Inácio Lustosa até o cruzamento da Rua Presidente Faria com a Avenida João Gualberto; segue por esta até encontrar a Rua Augusto Severo, e por esta até encontrar a Rua Augusto Stresser; segue por esta até encontrar a Rua Fagundes Varela; segue por esta até encontrar a BR-476; segue por esta até encontrar a Rua Doutor Dante Angelote; segue por esta até encontrar o Rio Bacacheri, e por este Rio a jusante, até o limite municipal de Curitiba, Rio Atuba; segue por este Rio, a jusante, até encontrar a ponte no cruzamento com a Avenida Presidente Affonso Camargo, e por esta até encontrar a Rua Francisco Torres; segue por esta até a Rua XV de Novembro, e por esta até encontrar a Rua Monsenhor Celso, ponto de partida desta descrição.

4ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto com a Rua XV de Novembro; segue por esta até a Rua Francisco Torres e segue por esta até a Avenida Presidente Affonso Camargo; e por esta até a Ponte no cruzamento com o Rio Atuba, limite municipal e por este Rio, a jusante, até a foz do Rio Iguaçu; segue por este, a jusante, até a foz do Rio Belém; segue por este Rio, a montante, até o cruzamento com a Rua Doutor Bley Zornig; segue por esta até a Rua Paulo Setúbal e por esta até a Rua Vereador Antônio Carnasciali; segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até a Rua Doutor Júlio César Ribeiro de Souza; segue por esta até a Rua José Rietmeyer; segue por esta até a Avenida Senador Salgado Filho e por esta até o cruzamento com a BR-476; segue por esta até a Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres) e por esta até a Rua Chile; segue por esta até a Rua Reynaldo Machado e por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis; segue por esta até a Rua João Negrão e por esta até a Avenida Sete de Setembro; segue por esta até a Rua Barão do Rio Branco e por esta até a Rua José Loureiro; segue por esta até a Rua Monsenhor Celso e por esta até a Rua Marechal Deodoro; segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até o cruzamento com a Rua XV de Novembro, ponto de partida desta descrição.

5ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Presidente Getúlio Vargas com a Rua Desembargador Westphalen; segue por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis e por esta até a Rua Lamenha Lins; segue por esta até a Rua João Viana Seiler, segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até a BR-476; segue por esta até a Avenida Brasília e por esta até a Rua Pedro Amé-

rico; segue por esta até a Avenida República Argentina e por esta até a Rua Pedro Gusso; segue por esta até a Rua Léa Moreira de Souza Moura e por esta até a Rua Shirlei Solange Mantovani; cuja segunda pista paralela é a Rua Orestes Thá; segue por esta até o início da Rua Antonio Pinto de Jesus; e por esta até o início da Rua Baldur Magnus Gruba, antigo leito da Via Férrea, e por esta até a Rua Orlando Padilha dos Santos e por esta até o cruzamento da Rua Itatiaia com a Avenida República Argentina, início da Avenida Presidente Kennedy; seguindo pela Avenida República Argentina até a Avenida Água Verde e por esta até a Rua Bento Viana; segue por esta até a Avenida Presidente Getúlio Vargas e por esta até a Rua Desembargador Westphalen, ponto de partida desta descrição.

6ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Presidente Getúlio Vargas com a Rua Bento Viana; segue por esta até a Avenida Água Verde e por esta até a Avenida República Argentina; segue por esta até o cruzamento da Rua Itatiaia com a Avenida República Argentina, início da Rua Orlando Padilha dos Santos e por esta até a Rua Baldur Magnus Gruba, antigo leito da Via Férrea; segue por esta até o início da Rua Antonio Pinto de Jesus, e por esta até o início da Rua Orestes Tha que tem uma segunda pista paralela que é a Rua Shirlei Solange Mantovani, segue pelo prolongamento dessas duas pistas de rua até encontrar a Rua Desembargador Cid Campelo, e por uma linha seca desta rua até a Rua Rodolfo Doubek, no início da Rua José Luiz Guerra Rego, e por esta até o limite municipal de Curitiba; Rio Barigui segue por este limite, a montante, até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até a Rua José Naves da Cunha e por esta até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até a Rua Gonçalves Dias e por esta até a Rua Odin Ferreira do Amaral; segue por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava; segue por esta até a Rua Estevão Bayão e por esta até a Rua Carneiro Lobo; segue por esta até a Avenida Presidente Getúlio Vargas e por esta até a Rua Bento Viana; ponto de partida desta descrição.

7ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua Doutor Muricy com a Rua Marechal Deodoro; segue por esta até a Rua Monsenhor Celso e por esta até a Rua José Loureiro; segue por esta até a Rua Barão do Rio Branco, e por esta até a Avenida Sete de Setembro; segue por esta até a Rua João Negrão, e por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis; segue por esta até a Rua Doutor Reynaldo Machado e por esta até a Rua Chile; segue por esta até a Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres), e por esta até a Rodovia BR-476; segue por esta até a Avenida Senador Salgado Filho, e por esta até a Rua José Rietmeyer; segue por esta até a Rua Júlio César Ribeiro de Souza e por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Rua Verador Antonio Carnasciali, e por esta até a

Rua Paulo Setúbal; segue por esta até a Rua Waldemar Loureiro de Campos e por esta até a Rua Francisco Derosso; por esta até a Rodovia BR-476, e por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto; segue por esta até a Rua João Viana Seiler e por esta até a Rua Lamenha Lins; segue por esta até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis, e por esta até a Rua Desembargador Westphalen; segue por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava e por esta até a Alameda Doutor Muricy; segue por esta até a Rua Marechal Deodoro, ponto de partida desta descrição.

8ª Circunscrição

1ª Parte

Partindo da Rodovia BR-277 com a Rua Paulo Gorski, segue por esta até a Rua Bárbara Cvintal e por esta até o Rio Barigui; segue por este Rio, a jusante, até o limite Municipal de Curitiba, e por este até o Rio Passaúna, limite municipal, e por este Rio, a montante, até o cruzamento com a Rodovia BR-277 segue por esta até a Rua Paulo Gorski, ponto de partida desta descrição.

2ª Parte

Partindo do cruzamento da Rua Waldemar Loureiro de Campos com a Rua Paulo Setúbal, segue por esta até o seu final no Córrego Alto Boqueirão, segue por este ponto por uma linha seca até o início da Rua Iporã e por está até uma Via Férrea da RFFSA; segue por esta até a Rua Eduardo Pinto da Rocha e por esta até a Rua Nicola Pelanda, segue por esta até a Rua Luiz Nichele; e por esta até a Rua Vereador Ângelo Burbello e por esta até a Rodovia BR-476; segue por esta até o limite Municipal de Curitiba, Rio Iguaçu, e por este Rio, a jusante, até a foz do Rio Barigui. também limite municipal, e por este Rio, a montante, até a Rua José Luiz Guerra Rego; segue por esta até uma linha seca, prolongamento da Rua Léia Moreira de Souza, e por esta até a Rua Pedro Gusso; segue por esta até a Avenida República Argentina e por esta até a Rua Pedro Américo; segue por esta até a Avenida Brasília e por esta até a Rua Francisco Derosso; segue por esta até a Rua Waldemar Loureiro de Campos e por esta até a Rua Paulo Setúbal, ponto de partida desta descrição.

9ª Circunscrição

1ª Parte

Partindo do ponto onde o Rio Barigui é cruzado pela Rua Cândido Hartmann; segue por esta até a Rua Nicolau José Gravina e por esta até a Avenida Manuel Ribas; segue por esta até o limite Municipal de Curitiba, Rio Passaúna, e por este até encontrar a Estrada Justo Manfron, limite municipal de Curitiba; por esta até a Rua Fredolin Wolf, e por esta até a Rua Grazielle Wolf, por esta até o Rio Barigui, até o cruzamento da Rua Cândido Hartmann, ponto de partida desta descrição.

2ª Parte

Partindo do cruzamento da Rua Dante Angelote com a Rodovia BR-476; segue por esta até o Trevo do Atuba; até o prolongamento da Rodovia (BR-116 (Rodo-

via Régis Bitencourt); segue por esta até encontrar o limite Municipal de Curitiba, Rio Atuba ; segue por este limite, a jusante, até a foz do Rio Bacacheri e por este, a montante, até a Rua Dante Angelote; segue por esta até o cruzamento da BR-476, ponto de partida desta descrição.

10ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Avenida Anita Garibaldi com a Rua Reinaldi Hecke; segue por esta até a Rua Arnaldo Granatto e por esta até a Rua Mateus Leme; segue por esta até a Rua João Gava e por esta até a Rua Nilo Peçanha; segue por esta até a Rua São Salvador e por esta até a Rua Domingos Antônio Moro; segue por esta até a Rua Fredolin Wolf; e por esta até a ponte do Rio Barigui no limite Municipal de Curitiba; segue por este Rio, a montante, até a foz do Ribeirão Antonio Rosa, no limite municipal de Curitiba, e por este Ribeirão até uma linha seca, ainda neste limite municipal, que alcança a cabeceira do Arroio Cachoeira, também no limite municipal de Curitiba; segue por este até a Rua Paulo Kulik segue por esta até a Estrada Guilherme Weigert, e por esta até a Rua Celeste P. Milani; segue por esta até a Rua José Ursolino e por esta até a Rua Hildo da Paz; segue por esta até a Rua Theodoro Makiolka; e por esta até a Avenida Anita Garibaldi, e por esta até a Rua Reinaldo Hecke, ponto de partida desta descrição.

11ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rodovia BR-476 com a Rua Vereador Ângelo Burbello; segue por esta até a Rua Luiz Nichele e por esta até a Rua Nicola Pelanda; e por esta até a Rua Eduardo Pinto da Rocha; segue por esta a Estrada de Ferro e por esta até a Rua Iporã, por uma linha seca até o Córrego Alto Boqueirão, final da Rua Paulo Setúbal, e por esta até a Rua Bley Zornig; segue por esta até o Canal do Rio Belém e por este até o limite Municipal de Curitiba, Rio Iguaçu, segue por este limite, a jusante, até a Rodovia BR-476, e por esta até a cruzamento da Rua Vereador Ângelo Burbello, ponto de partida desta descrição.

12ª Circunscrição

Partindo do cruzamento da Rua Desembargador Westphalen com a Avenida Presidente Getúlio Vargas; segue por esta até a Rua Carneiro Lobo e por esta até a Rua Estevão Baião; segue por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava e por esta até a Rua Odim Ferreira do Amaral; segue por esta até a Rua Gonçalves Dias e por esta até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até a Rua José Naves da Cunha e por esta até a Avenida Nossa Senhora Aparecida; segue por esta até o Rio Barigui e por este rio a montante até a Rua Bárbara Cvintal e por esta até a Rua Paulo Gorski; segue por esta até a Rua BR-277 e por esta até a Avenida General Mário Tourinho; segue por esta até a Rua Gerônimo Durski e por esta até a Travessa Doutor Lourival Schwansee Torres; segue por esta até a Rua José Domachoski e por esta

até a Alameda Augusto Stelfeld; segue por esta até a Rua Professor Fernando Moreira e por esta até a Rua Visconde de Nacar; segue por esta até a Alameda Doutor Carlos de Carvalho e por esta até a Rua Cândido Lopes; segue por esta até a Alameda Doutor Muricy e por esta até a Rua XV de Novembro; segue por esta até a Avenida Marechal Floriano Peixoto e por esta até a Rua Marechal Deodoro; segue por esta até a Alameda Doutor Muricy e por esta até a Avenida Visconde de Guarapuava; segue por esta até a Rua Desembargador Westphalen; e por esta até a Avenida Presidente Getúlio Vargas, ponto de partida desta descrição.

13ª Circunscrição

Partindo da ponte da Rodovia BR-277 sobre o Rio Barigui segue por essa rodovia até o limite municipal de Curitiba, Rio Passaúna, e por este, a jusante, até a Avenida Manoel Ribas; segue por esta até a Rua Nicolau José Gravina e por esta até a Avenida Cândido Hartmann; segue por esta até a ponte sobre o Rio Barigui e por esse rio a jusante até o cruzamento na ponte da Rodovia BR-277, ponto inicial de partida desta descrição.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.08.06

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/06, de autoria do Tribunal de Justiça Ofício 305/06, alterando as delimitações das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de Ponta Grossa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 346/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alteradas as delimitações das Circunscrições do 1º e 2º Serviços de Registros de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa estabelecidos na Resolução Normativa nº 01/75, publicada no D.J. nº 125 em 26.12.1975, e estabelece os limites territoriais do 3º Serviço de registro de imóveis da Comarca de Ponta Grossa, criado pela Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

§ 1º As Circunscrições territoriais do 1º e 2º Serviços de Registros de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa passam a ter as seguintes delimitações:

1ª Circunscrição

O ponto de partida, denominado ponto nº 1, situa-se no cruzamento da Avenida Vicente Machado com a

Rua Sant'Ana; deste segue em sentido horário pela Rua Sant'Ana, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, até a confluência desta com a Rua Jacob Holzmänn, onde atinge o ponto nº 2, deste, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, segue pela Rua Jacob Holzmänn, até a confluência desta com a Avenida Visconde de Mauá, onde atinge o ponto nº 3, deste, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, segue pela Avenida Visconde de Mauá, até a confluência desta com a rodovia BR-376, onde atinge o ponto nº 4, deste, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, segue pela Rodovia BR-376, sentido Ponta Grossa - Curitiba, até a ponte sobre o Rio Tibagi, limite municipal Ponta Grossa - Palmeira, onde atinge o ponto nº 5, deste, confrontando com o município de Palmeira, segue em sentido horário pelo limite municipal Ponta Grossa - Palmeira até atingir o ponto nº 6, deste, confrontando com o município de Teixeira Soares, segue pelo limite municipal Ponta Grossa - Teixeira Soares até a barra do Rio Taquari com o Rio Tibagi onde atinge o ponto nº 7, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pelo Rio Taquari a montante até sua nascente, onde atinge ponto nº 8, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue por uma linha com 1.183 metros de comprimento até a Avenida Souza Naves, onde o ponto nº 9, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pela Avenida Souza Naves até seu início, que coincide com o final da Avenida D. Pedro II, onde atinge o ponto nº 10, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pela Avenida D. Pedro II até seu início, que coincide com o final da Rua João Manoel dos Santos Ribas, onde atinge o ponto nº 11, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pela Rua João Manoel dos Santos Ribas até seu limite, na Avenida Visconde de Taunay, onde atinge o ponto nº 12, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pela Avenida Visconde de Taunay até encontrar a Avenida Vicente Machado, onde atinge o ponto nº 13, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pela Avenida Vicente Machado até o cruzamento com a Rua Sant'Ana ponto inicial desta descrição.

2ª Circunscrição

O ponto de partida, denominado ponto nº 1, situa-se no cruzamento da Avenida Vicente Machado com a Rua Sant'Ana, deste segue em sentido horário pela Avenida Vicente Machado até a confluência com a Rua Ermelino de Leão, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, onde atinge o ponto nº 4, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pela Rua Ermelino de Leão, até a confluência desta com a Rua Catão Monclaro, onde atinge o ponto nº 15, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pela Rua Catão Monclaro até seu final, na ponte sobre o Arroio Pilão de Pedra, onde atinge o ponto nº 16, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pelo Arroio Pilão de Pedra a jusante, até sua barra com o

Rio Pitangui, onde atinge o ponto nº 17, deste, confrontando com o território da 3ª Circunscrição, segue pelo Rio Pitangui a montante até a Represa do Alagado e pela linha central desta até o limite dos municípios de Ponta Grossa e Carambeí, onde atinge o ponto nº 18, deste, segue pelas linhas de confrontações com os municípios de Carambeí, Castro, Campo Largo e Palmeira até a ponte da BR-376 sobre o Rio Tibagi, onde atinge o ponto nº 5, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pela BR-376 sentido Curitiba-Ponta Grossa, até o trevo onde conflui com a Avenida Visconde de Mauá onde atinge ponto nº 4, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pela Avenida Visconde de Mauá até a confluência com a Rua Jacob Holzmänn, onde atinge o ponto nº 3, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pela Jacob Holzmänn até a confluência com a Rua Sant'Ana, onde atinge o ponto nº 2, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pela Rua Sant'Ana até a Avenida Vicente Machado, onde atine o ponto nº 1, ponto inicial desta descrição.

§ 2º A Circunscrição territorial do 3º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, passa a ter a seguinte delimitação:

3ª Circunscrição

O ponto de partida, denominado ponto nº 1, situa-se no cruzamento da Avenida Vicente Machado, com a Rua Sant'Ana, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue em sentido horário pela Avenida Vicente Machado, até a confluência desta com a Avenida Visconde de Taunay onde atinge o ponto nº 13, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pela Avenida Visconde de Taunay até a confluência desta com o início da Rua João Manoel dos Santos Ribas, onde atinge o ponto nº 12, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pela Rua João Manoel dos Santos Ribas até o final desta, no início da Rua D. Pedro II, onde atinge o ponto nº 11, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pela Rua D. Pedro II até o final desta, no início da Avenida Souza Naves, onde atinge o ponto nº 10, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pela Avenida Souza Naves até onde atinge o ponto nº 9, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue por uma linha com 1.183 metros de comprimento até a nascente do Rio Taquari, onde atinge o ponto nº 8, deste, confrontando com o território da 1ª Circunscrição, segue pelo Rio Taquari a jusante até a barra deste com o Rio Tibagi, onde atinge ponto nº 7, deste, segue pelas linhas de confrontações com os municípios de Teixeira Soares, Ipiranga e Tibagi até a barra do Arroio do Barbado com o Rio Tibagi, onde atinge o ponto nº 19, deste, confrontando com município de Carambeí, segue pelo limite intermunicipal de Carambeí, segue até a represa do Alagado, onde

atinge o ponto nº 18, deste, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, segue linha central da Represa do Alagado e pelo Rio Pitangui a montante, até a barra do Arroio Pilão de Pedra, onde atinge o ponto nº 17, deste, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, segue pelo Arroio Pilão de Pedra a montante até a ponte situada no final da Rua Catão Monclaro, onde atinge o ponto nº 16, deste, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, segue pela Rua Catão Monclaro até seu início, na confluência com a Rua Ermelino de Leão, onde atinge o ponto nº 15, deste, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, segue pela Rua Ermelino de Leão até a confluência com a Avenida Vicente Machado, onde atinge o ponto nº 14, deste, confrontando com o território da 2ª Circunscrição, segue pela Avenida Vicente Machado até o cruzamento desta com a Rua Sant'Ana, onde atinge o ponto nº 1, ponto inicial desta descrição.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, atual Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, estabeleceu nova Divisão Judiciária para a Comarca de Ponta Grossa, criando o 3º Serviço de Registro de Imóveis (artigo 286). Dessa forma, as delimitações das Circunscrições do 1º e do 2º Serviços de Registros de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, estabelecidos na Resolução Normativa nº 01/75, publicada no D.J. nº 125 em 26/12/1975, devem ser alteradas para que seja possível a delimitação da 3ª Circunscrição.

Assim, imprescindível uma redistribuição equitativa do território da Comarca de Ponta Grossa entre os ofícios registrais, o que se faz à luz do contido no Expediente nº 154.889/2004, em que figuram como interessados Cláudia Macedo Kossatz Borba e Álvaro de Quadros Neto, oficiais, respectivamente do 1º e do 2º Registro de Imóveis. Cabe salientar, que, em decorrência da presente proposta, não haverá despesas às expensas orçamentárias e financeiras para este Tribunal de Justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 346/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Judiciário, visa alterar as delimitações das circunscrições imobiliárias da Comarca de Ponta Grossa.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição do Estado ainda prevê:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Lei nº 14.277/03, atual Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, que delimita as regiões e delimitações imobiliárias do Estado.

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal.

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Nesse contexto, é senão legítima e de competência do Tribunal de Justiça propor projetos acerca dessa matéria, fazendo com que o presente projeto encontre-se em perfeita sintonia com as exigências da lei.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98.

É diante disso, que nosso parecer é pela constitucionalidade e aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 346/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Justiça, Ofício nº 305/06, que altera as delimitações das circunscrições imobiliárias da Comarca de Ponta Grossa.

Fundamentação

Esta Comissão levada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa que não existe nenhum impedimento quando a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo assim, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/06, de autoria do Tribunal de Justiça Ofício nº 300/06, alterando dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), com a extinção de serviços distritais.

COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 347/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo III - Tabela 2 - Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - demais Comarcas e do anexo IV - Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, do Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, os Serviços Distritais de Guaragi e de Itaiacóca da Comarca de Ponta Grossa, que serão extintos após respectivas vacâncias.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo IX - Tabela 6 - Extinção de Serviços Distritais do Código de Organização e Divisão Judiciárias os Serviços Distritais de Guaragi e de Itaiacóca da Comarca de Ponta Grossa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.06.06.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), no âmbito da composição de seus Anexos, visando unicamente à extinção, após respectivas vacâncias dos Serviços Distritais Guaragi e Itaiacóca, os quais pertencem à Comarca de Ponta Grossa.

Tal decisão prende-se ao fato de que o Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça observou, quando da última correção geral ordinária realizada no período de 28/11/05 a 02/12/05, nos Serviços Distritais de Guaragi e Itaiacóca, na Comarca de Ponta Grossa, constatado em relatórios a desnecessidade de continuidade dos serviços prestados, haja vista a pouca procura na localidade, o que se vê pelo baixíssimo número registrado de atendimento ao público nos últimos anos.

Tais serviços burocráticos cartoriais, como o registro civil de pessoas naturais (certidões de nascimentos, casamentos, óbitos) e tabelionatos de notas (escrituras, procurações, testamentos, substabelecimentos), bem como os recolhimentos, como ITBI, Funrejus, certidões negativas, etc, continuam a ser disponibilizados aos moradores circunvizinhos da própria comarca de Ponta Grossa, nos locais de costume; não havendo, portanto, qualquer tipo de prejuízo para com o atendimento da população que deles precisar.

Por fim, registra-se que em reunião da douta Comissão de organização e Divisão Judiciárias deste Tribunal de Justiça do Estado, em 22 de março de 2006, deliberou-se por unanimidade de votos pela extinção dos

referidos serviços distritais, à medida que vagarem, tendo em vista sua flagrante desnecessidade na localidade referida. Em decorrência da presente proposta não haverá despesas às expensas orçamentárias e financeiras para este Tribunal de Justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 347/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Judiciário, visa alterar a Lei nº 14.277/03, Código de Divisão de Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição do Estado ainda prevê:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Lei nº 14.277/03, atual Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, dispõe acerca de Matérias *interna corporis*, ou seja, de matérias que competem ao Próprio Poder Judiciário dispor.

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal.

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Nesse contexto, é senão legítimo e de competência do Tribunal de Justiça propor projetos acerca dessa matéria, fazendo com que o presente projeto encontre-se em perfeita sintonia com as exigências da lei.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98.

É diante disso, que nosso parecer é pela constitucionalidade e aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 347/06

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo do Tribunal de Justiça, Ofício nº 300/06, que objetiva alterar os dispositivos da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), com a extinção de serviços distritais.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, observa que tal propositura visa unicamente à extinção, após respectivas vacâncias, dos Serviços Distritais Guaragi e Itaia-cóca, que pertencem à Comarca de Ponta Grossa, Justificando-se tal medida tendo em vista a pouca procura dos serviços prestados na localidade, o que se vê pelo baixíssimo número registrado de atendimento ao público nos últimos anos. Saliente-se ainda, que não haverá despesas às expensas orçamentárias e financeiras para o Tribunal de Justiça.

Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.06.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1940, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1942, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero convocar os Srs. Parlamentares para a Sessão Solene de hoje, às 17 horas, quando receberá o título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná, a Juíza Joeci Machado Camargo, por proposição do Deputado Rafael Greca de Macedo.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 165 e 256/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 147/05; 296, 344, 345, 346 e 347/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissão****Finanças**

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniu-se extraordinária a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:15 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: José Maria Ferreira, Barbosa Neto, Carlos Simões e Duílio Genari. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. **01) Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 26/06**, que utiliza os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **02) Projeto de Lei nº 259/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 34/06**, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000.00 (Quinhentos e setenta e três mil reais), ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba – CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **03) Projeto de Lei nº 268/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 38/06**, que recompõe o vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia do Estado do Paraná. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **04) Projeto de Lei nº 269/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 39/06**, que recompõe o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **05) Projeto de Lei nº 270/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 40/06**, que institui a Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **06) Projeto de Lei nº 271/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 41/06**, que reestrutura as carreiras do Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR e a adota outras providências. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **FAVORÁVEL COM EMENDA – APROVADO**. **07) Projeto de Lei nº 272/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 42/06**, que dispõe sobre a criação e transformações de cargos e provimento

em comissão, da lotação do Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **08) Projeto de Lei nº 285/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 43/06**, que altera o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, no valor de R\$ 2.382.303,00 (Dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais). Relator Deputado **José Maria Ferreira**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
COMISSÃO DE FINANÇAS
5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e seis, reuniu-se extraordinária a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:15 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Barbosa Neto, Duílio Genari e Ailton Araújo. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. **01) Projeto de Lei nº 242/06, de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 252/06**, que extingue e cria na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.719, de 12/05/97, com redação dada pela Lei Estadual nº 14.807, de 20/07/07, conforme especifica. Relator Deputado **Duílio Genari**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para

constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
COMISSÃO DE FINANÇAS
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Élio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Barbosa Neto, Carlos Simões, Neivo Beraldin e Duílio Genari. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Carlos Simões, solicita a dispensa da leitura da ata da reunião, colocado em votação foi aprovada a dispensa e a mesma foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 60/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 013/06**, que institui o “Serviço social Autônomo Paracidade”, e dá outras providências. Relator Deputado **Carlos Simões**. Parecer **FAVORÁVEL – APROVADO**. **02) Projeto de Lei nº 348/03**, de autoria dos Deputados Elton Welter e Luciana Rafagnin, que proíbe a utilização de alimentos geneticamente modificados na composição da merenda escolar, fornecida aos alunos dos estabelecimentos de ensino público e da rede estadual do Paraná. Relator Deputado **Neivo Beraldin**. Parecer no sentido de transformá-lo em diligências junto aos autores, para que os mesmos se pronunciem sobre quais os impactos financeiros que o projeto acarretará. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

